Hospitais dos Açores já realizaram 49 cirurgias robóticas e Governo prevê 400 operações anuais com novo equipamento

Os hospitais do Divino Espírito Santo (HDES), em São Miguel, e do Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT) já realizaram 49 cirurgias com recurso a equipamentos robóticos ortopédicos, segundo dados divulgados pelo Governo Regional em resposta a um requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. O executivo prevê que o novo sistema de cirurgia robótica da Vinci 5, instalado no HDES, realize a primeira intervenção até ao final deste ano, perspectivando uma actividade que poderá atingir 400 cirurgias anuais.

Os esclarecimentos constam de uma resposta do Governo Regional a um requerimento apresentado pelos deputados socialistas, no qual eram solicitadas informações sobre os custos de aquisição, manutenção, formação das equipas médicas e utilização dos três equipamentos de cirurgia robótica adquiridos em 2026, com financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

De acordo com a resposta governamental, o Hospital do Divino Espírito Santo realizou 17 cirurgias com o equipamento robótico ortopédico, enquanto o Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira efectuou 32 intervenções, num total de 49 operações.

O Governo considera, contudo, que este volume de actividade ainda é insuficiente para determinar com rigor o custo médio de cada intervenção e estabelecer comparações sustentadas com as técnicas cirúrgicas convencionais ou laparoscópicas.

Nesse sentido, o executivo pretende efectuar essa avaliação ao longo de 2027, enquadrando a utilização destes equipamentos num modelo de cuidados de saúde baseado nos resultados clínicos alcançados em função dos recursos utilizados.

Relativamente ao novo sistema de cirurgia robótica geral da Vinci 5, instalado no HDES, o Governo Regional prevê que a primeira intervenção num utente do Serviço Regional de Saúde seja realizada até ao final de 2026, depois de concluída a formação e credenciação dos profissionais.

O equipamento foi inaugurado a 25 de Agosto, encontrando-se, segundo o executivo, tecnicamente operacional desde essa data. No entanto, a sua utilização em intervenções cirúrgicas depende da obtenção das autorizações necessárias pelas equipas médicas e de enfermagem.

O Governo esclarece que o sistema já recebeu várias actualizações de software e está apto a ser utilizado assim que estiver concluído o processo de credenciação.

A formação das equipas decorre entre Outubro e meados de Novembro, incluindo módulos de aprendizagem à distância, sessões presenciais e uma avaliação final num centro europeu de credenciação designado pelo fornecedor.

Depois de iniciada a actividade cirúrgica, o Governo estima que a autonomia total das equipas seja normalmente alcançada após seis meses de utilização regular.

O novo equipamento será utilizado principalmente pela Cirurgia Geral,



nomeadamente em intervenções esófago-gástricas, bariátricas, colorrectais, hepato-bilio-pancreáticas e da parede abdominal complexa.

Estão igualmente previstas intervenções nas especialidades de Urologia, incluindo cirurgia oncológica da bexiga, próstata e rim, Ginecologia, particularmente em situações oncológicas do útero e ovários, e Otorrinolaringologia, designadamente em cirurgias oncológicas da cavidade oral.

Segundo a resposta, a actividade cirúrgica robótica deverá atingir inicialmente um máximo de 200 intervenções anuais, progredindo gradualmente para um objectivo de 400 operações por ano.

No domínio da cirurgia ortopédica, o Governo Regional apresenta também previsões de actividade para os dois hospitais.

No Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, estima-se que sejam realizadas entre 80 e 100 intervenções no primeiro ano, depois de ultrapassada a fase inicial de aprendizagem associada à introdução da nova tecnologia.

No Hospital do Divino Espírito Santo, a programação apresentada contempla 150 intervenções ortopédicas, distribuídas por 60 próteses totais do joelho, 30 próteses parciais do joelho, 40 próteses totais da anca e 20 próteses totais do ombro.

O Governo adianta que as equipas responsáveis pela utilização dos equipamentos robóticos ortopédicos já se encontram autónomas.

Governo admite erro de 400 mil euros no valor anunciado

Um dos esclarecimentos prestados pelo executivo prende-se com o custo de aquisição do sistema da Vinci 5, relativamente ao qual tinham sido divulgados valores diferentes.

O Grupo Parlamentar do PS questionou o Governo sobre a razão pela qual o equipamento tinha sido anunciado inicialmente por 2,5 milhões de euros e, posteriormente, por 2,9 milhões.

Na resposta, o executivo reconhece que ocorreu um erro na informação divulgada. "Relativamente ao valor de 2,9 milhões comunicado, cumpre esclarecer que se verificou um lapso na informação prestada, tendo sido indicado um valor incorreto", refere o documento.

O Governo acrescenta que o valor correcto é o que consta do Portal BASE, devendo ser considerado um montante aproximado de 2,5 milhões de euros, ou seja, cerca de 400 mil euros abaixo do valor anteriormente divulgado.

Quanto ao financiamento dos três equipamentos, o executivo esclarece que os respectivos preços contratuais, sem IVA, são suportados pelo PRR, cabendo ao Orçamento Regional assegurar o pagamento do imposto.

Relativamente às despesas de manutenção, o Governo informa que os contratos incluem assistência técnica durante o período de garantia. No caso dos equipamentos ortopédicos, está prevista a possibilidade de prolongar por sete anos a garantia e a assistência técnica, para além do período inicial de três anos.

O software encontra-se incluído no fornecimento dos equipamentos, mas os consumíveis não integram os contratos de aquisição, embora os respectivos preços máximos estejam fixados nos cadernos de encargos.

A resposta governamental não apresenta uma estimativa dos encargos anuais futuros com consumíveis e manutenção dos três sistemas, nem um custo médio por cirurgia.

Formação abrange cirurgiões, anestesistas e enfermeiros

A introdução da cirurgia robótica geral no HDES envolve um programa de formação destinado a diferentes grupos profissionais.

Na fase inicial obrigatória, foram abrangidos oito cirurgiões de consola, dos quais cinco de Cirurgia Geral, um de Urologia, um de Ginecologia e um de Otorrinolaringologia.

A formação contempla igualmente oito cirurgiões de mesa, seis anestesistas, seis enfermeiros instrumentistas e seis enfermeiros circulantes, além de profissionais das áreas de esterilização, instalações e equipamentos e auxiliares de acção médica.

O Governo esclarece que a formação inicial inclui componentes à distância e presenciais, realizadas com o acompanhamento de equipas do fornecedor, sem encargos adicionais para o Serviço Regional de Saúde.

A credenciação final decorrerá num centro europeu designado pela empresa fornecedora, sendo os custos igualmente suportados por esta entidade.

No Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, já foram formados dois médicos ortopedistas, encontrando-se um terceiro na fase final da formação.

A instituição dispõe também de um médico certificado para formar novos profissionais, estando todos os enfermeiros instrumentistas que anteriormente realizavam artroplastias convencionais do joelho abrangidos pela formação.

O Governo confirma ainda que o acompanhamento das primeiras intervenções por profissionais experientes está previsto contratualmente, sem custos adicionais para o Serviço Regional de Saúde.

Instalação no antigo bloco de partos não implicou despesas adicionais

Outra das questões colocadas pelo PS incidiu sobre as condições de instalação do equipamento da Vinci 5 no HDES, nomeadamente a utilização de uma sala anteriormente destinada ao bloco de partos e que tinha sido desactivada na sequência do incêndio de 4 de Maio de 2024.

O Governo esclarece que os equipamentos de cirurgia robótica não são fixos, podendo ser utilizados em diferentes salas do bloco operatório.

Segundo o executivo, não existe obrigação legal da Direcção-Geral da Saúde, nem exigência contratual do fornecedor, que determine a necessidade de uma sala especificamente licenciada e certificada para cirurgia robótica.

A resposta acrescenta que qualquer sala cirúrgica do Bloco Central do HDES reúne condições para receber o equipamento, sem necessidade de alterações adicionais.

No caso da sala do antigo bloco de partos, utilizada provisoriamente para efeitos de formação, foram apenas realizados trabalhos de limpeza e reactivado o sistema de ar purificado, não tendo estas operações implicado custos adicionais para a instituição.

Quanto à organização clínica, o Governo identifica Luís Bernardo, adjunto da Direcção Clínica do HDES, como responsável técnico pelo sistema de cirurgia robótica geral, e António Rebelo, director do Serviço de Ortopedia, como responsável pelo equipamento robótico ortopédico.

No Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, a responsabilidade técnica pelo equipamento ortopédico cabe ao director do Serviço de Ortopedia, Luís Pinheiro.

O executivo acrescenta que a selecção dos doentes para cirurgia robótica continuará a obedecer a critérios clínicos definidos pelos médicos assistentes, enquanto a monitorização dos resultados e dos indicadores de qualidade ficará sob a responsabilidade dos respectivos serviços hospitalares.